**ASSISTÊNCIA À POPULAÇÃO LGBTQIA+ NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: UMA REVISÃO INTEGRATIVA NO PERÍODO DE 2011 A 2019**

Lucas Rodrigues Claro1, Lucas Lima de Carvalho², Amanda dos Santos Cabral³, Bruna Liane Passos Lucas⁴, Alexandre Oliveira Telles⁵, Ana Beatriz Azevedo Queiroz⁶, Jéssica Andressa Reis de Souza⁷, Denilson Beraldi da Cruz⁸, Ravini dos Santos Fernandes Vieira dos Santos⁹, Eduardo Alexander Júlio César Fonseca Lucas¹⁰.

1,2Enfermeiro. Mestrando em Atenção Primária à Saúde pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro – FM/UFRJ, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

³,⁷Graduanda em Enfermagem pela Escola de Enfermagem Anna Nery da Universidade Federal do Rio de Janeiro – EEAN/UFRJ, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

⁴Enfermeira. Mestranda em Atenção Primária à Saúde pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro – FM/UFRJ, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

⁵Médico. Doutorando em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz - Ensp/FIOCRUZ. Professor Auxiliar do Departamento de Medicina em Atenção Primária à Saúde pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro – DMAPS/FM/UFRJ, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

⁶Enfermeira. Professora Titular do Departamento de Enfermagem Materno Infantil pela Escola de Enfermagem Anna Nery da Universidade Federal do Rio de Janeiro – DEMI/EEAN/UFRJ, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

⁸Graduando em Enfermagem pela Escola de Enfermagem Anna Nery da Universidade Federal do Rio de Janeiro – EEAN/UFRJ, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

⁹Enfermeira. Mestre em Enfermagem. Professora Assistente pela Faculdade de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – FEN/UERJ, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

¹⁰Enfermeiro e Médico. Professor Adjunto do Departamento de Medicina em Atenção Primária à Saúde pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro – DMAPS/FM/UFRJ, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

**Área Temática**: Lgbtqia+

**E-mail do autor para correspondência**: lucasclaro222@gmail.com.

**INTRODUÇÃO:** No ano de 2011 foi criada a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. A política foi incorporada aos princípios constitucionais do Sistema Único de Saúde que certificam a universalidade do acesso, a integralidade e a equidade. **OBJETIVOS:** a) Caracterizar a produção científica no período de 2011 a 2019 acerca da assistência em saúde à pessoas LGBTQIA+ na temática “Gênero e Sexualidade”; e b) Discutir as implicações dos principais resultados evidenciados na produção científica a luz da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais e dos Princípios do SUS. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Trata-se de uma revisão integrativa, na qual a busca foi realizada utilizando os descritores : “Gênero”; “Sexualidade” e “Sistema Único de Saúde”. As bases selecionadas para a busca foram: LILACS, Medline e BDENF. Questões norteadoras: 1) Que evidências existem na literatura científica sobre a assistência de pessoas LGBTQIA+ ? e 2) Quais fatores favorecem e dificultam o acesso de pessoas LGBTQIA+ ao Sistema Único de Saúde? A amostra final foi composta pelo total de quinze artigos. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Nos manuscritos ficou evidente a resistência de pessoas LGBTQIA+ a buscar atendimento em saúde. Isto ocorre devido a discriminação que sofrem comumente pelos profissionais nas Unidades Básicas de Saúde, que se recusam a chamar seus pacientes pelos nomes sociais. Os estudos apontaram para uma falta de conhecimento destes profissionais sobre as temáticas de gênero e sexualidade, na qual essa lacuna está desde sua formação profissional. Dentre os estudos analisados, foi ressaltada a importância da existência de políticas públicas para resguardar os direitos dessa população dentro de sua própria comunidade. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Conclui-se que as Instituições de ensino e o governo têm papel fundamental na redução da evasão dos indivíduos LGBTQIA+, oferecendo a instrução necessária aos profissionais e estudantes de saúde, quanto ao atendimento a essa população.

**Palavras-chave:** Gênero; Minorias Sexuais e de Gênero; Sexualidade; Sistema Único de Saúde.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. **Mais saúde : direito de todos : 2008 – 2011 / Ministério da Saúde, Secretaria-Executiva**. – 2. ed. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008. Acesso em: 08 ago. 2022.

Brasil, Ministério da Saúde. Portaria nº 2.836 de 1º de dezembro de 2011 **Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis**. Acesso em: 08 ago. 2022.

Ferreira, Breno de Oliveira et al. Caminhos e vivências de investigação acerca da saúde da população LGBT em uma capital do nordeste brasileiro. **Tempus, actas de saúde colet**, Brasília, 11(1), 41-49, mar, 2017. Acesso em: 08 ago. 2022.

Ferreira, Breno de Oliveira et al . Vivências de travestis no acesso ao SUS. **Physis**, Rio de Janeiro , v. 27, n. 4, p. 1023-1038, Dec. 2017 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S0103-73312017000401023&lng=en&nrm=iso>. https://doi.org/10.1590/s0103-73312017000400009. Acesso em: 27 jul. 2022.

Rocon, Pablo Cardozo et al . O que esperam pessoas trans do Sistema Único de Saúde?. **Interface (Botucatu)**, Botucatu , v. 22, n. 64, p. 43-53, Mar. 2018 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S1414-32832018000100043&lng=en&nrm=iso>. Epub Dec 07, 2017. https://doi.org/10.1590/1807-57622016.0712. Acesso em: 29 jul. 2022.